

OPINIÃO | Valteir Teobaldo Santana de Assis
A cultura de proteção de dados pessoais
na Administração Pública

A FORÇA DO AGRO
Economia de MT cresce 6,7% e a
agropecuária é o setor responsável

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

3 PODERES



EXECUTIVO, LEGISLATIVO & JUDICIÁRIO

Mato Grosso

ANO XXVII
EDIÇÃO Nº 82
NOVEMBRO/2023



CONTROLE EXTERNO É RENOVADO

Nova diretoria TCE-MT para o
biênio 2024-2025 e **Sérgio Ricardo**
é empossado presidente



Confira os resultados obtidos
pelas mesas técnicas do TCE-MT:

Continuidade das obras do
novo **Hospital Júlio Muller** ✓

Continuidade das obras
da **Ferrovia Estadual** ✓

Segurança jurídica na concessão do
Transporte Rodoviário Intermunicipal ✓

Regulamentação das carreiras dos
Agentes Comunitários de Saúde ✓

Direcionamento de recursos
públicos para **casas populares** ✓

Reformulação do modelo de contratação de
alimentação para o Sistema Carcerário ✓

Manutenção dos contratos para
pavimentação da BR-174 ✓



**UM
TRIBUNAL
QUE APOIA A
GESTÃO
PÚBLICA,
ISSO É O
QUE CONTA.**

De olho no Controle

A edição deste mês apresenta como destaque a posse da nova mesa diretoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Sérgio Ricardo será o novo presidente e esta notícia é compartilhada com bons olhos, isso porque o Estado acumula um histórico de boas práticas em Gestão, e as contas de governo são aprovadas com louvor.

Também nesta edição, abordamos o índice do Produto Interno Bruto no qual o Estado salta um crescimento de 6,7% e a locomotiva que alavancou é a agropecuária, em especial no cultivo da soja, algodão e do milho.

Boa leitura!

Hulda Rode, editora-geral



SUMÁRIO

www.3poderesmatogrosso.com.br

NOVEMBRO DE 2023 | EDIÇÃO 82

10 | ENTREVISTA

Marcelo de Oliveira, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística comenta que a pasta tem a missão de mudar a realidade e melhorar a vida das pessoas



06 | Opinião - Valteir Teobaldo Santana de Assis

14 | Executivo em Ação

18 | Legislativo em Movimento

20 | CAPA - Sérgio Ricardo é empossado presidente do TCE-MT

24 | Ser Família Habitação

26 | Direito, Justiça e Cidadania

28 | Política

DIRETOR DE REDAÇÃO
JOÃO PEDRO MARQUES

EDITORA GERAL
Hulda Rode

EDITOR DE ARTE
MARCO ANTONIO RAIMUNDO

ASSISTENTE DE MARKETING E ADMINISTRATIVO
Isabela Ramos

REVISÃO
AFRODITIA MARTIM

TEXTOS
Débora Siqueira, Layse Ávila, Pollyana Araújo e Israel Prates, Secretaria de Comunicação/TCE-MT e Vitor Hugo Batista

FOTOGRAFIA
ALMT, Antônio Pinheiro, Centro Oeste Airports, Christiano Antonucci, Francisco Alves, Indea-MT, João Reis, João Vaz/Sefaz-MT, Marcelo Camargo/Agência Brasil, Mayke Toscano, Secom-MT, Seduc-MT, Seplag-MT, SES-MT e Thiago Bergamasco/TCE-MT

FOTO DA CAPA
Thiago Bergamasco/TCE-MT

REDAÇÃO:
(65) 3623-1170 / 3622-2310
redacao@revistardm.com.br

RDM 3 PODERES MATO GROSSO NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170
(65) 99682-1470

midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO
ADEMIR KUHNEN GALITZKI

A REVISTA RDM 3 PODERES MATO GROSSO É UMA PUBLICAÇÃO





SEU MELHOR
ESTILO ESTÁ EM
RONDONÓPOLIS



 sou uma marca
responsável
sou de algodão

CASAPRADO.COM.BR



CASA  PRADO

LOJA 1 - RONDON PLAZA
LOJA 2 - RUA RONDONÓPOLIS
3065 - CENTRO



A cultura de proteção de dados pessoais na Administração Pública

Com a vigência da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), estabeleceu-se no Brasil um marco importante em relação à proteção de nossos dados pessoais.

A LGPD dispõe de princípios e regras sobre como as organizações devem tratar os dados pessoais – e com a Administração Pública isso não é diferente.

Dentre as figuras responsáveis pela promoção do direito constitucional à proteção de dados pessoais está o encarregado de dados, ou como internacionalmente conhecido, o Data Protection Officer (DPO).

Ainda segundo a LGPD, cabe ao DPO[i] a difusão do tema junto à instituição em que ele atua. Na Administração Pública essa difusão promove, dentre outros objetivos, I) a construção de confiança dos titulares de dados na respectiva instituição; II) o respeito aos direitos fundamentais de privacidade e proteção de dados pessoais dos titulares; III) a redução de incidentes de segurança com dados pessoais; IV) boas práticas de inovação responsáveis e sustentáveis e V) eficiência na prestação dos serviços públicos.

Nessa linha, quando os titulares de dados (terminologia utilizada pela LGPD para se referir a nós, pessoas físicas detentoras do dado pessoal) percebem que o Estado trata seus dados pessoais alicerçado em accountability[ii], com a adoção de medidas administrativas e técnicas de segurança informacional, por exemplo, eles se sentem mais confortáveis em compartilhar esse tipo de conteúdo que, muitas vezes, é imprescindível para a adoção de medidas administrativas, tomadas de decisões e implementação de políticas públicas, como às relacionadas às áreas de saúde, educação e segurança, por exemplo.

Ou seja, a cultura de proteção aos dados pessoais cria um ambiente de confiança e responsabilidade que beneficia a sociedade como um todo.

Ademais, a Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que a proteção de dados pessoais é um direito fundamental (Artigo 5º, LXXIX, CRFB/88[iii]). O serviço público, como materialização da função estatal, deve ser um exemplo na proteção desse direito, a demonstrar a importância do respeito aos direitos fundamentais para toda a sociedade, afinal, “a palavra convence, o exemplo arrasta” (Confúcio).

A LGPD impõe sanções rigorosas às organizações que não cumprem suas obrigações legais de proteção de dados. Isso se aplica igualmente à Administração Pública.

A adoção de boas práticas de governança de dados pessoais, de gestão de processos, de medidas segurança de informação e a massificação duma cultura de proteção de dados bem estabelecida mitigam os riscos de violações de dados e de consequentes punições administrativas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), como a suspensão da base de dados – sem olvidar o próprio prejuízo reputacional à imagem da instituição.

Atentar-se à proteção de dados desde a concepção de determinado produto ou serviço público é um investimento de primeira ordem, especialmente na Administração Pública.

Por fim, a cultura de proteção de dados não deve ser vista como um obstáculo à inovação no serviço público, mas como um incentivo à inovação responsável e sustentável.

Ao garantir que as iniciativas de inovação respeitem a proteção aos dados pessoais desde a sua concepção, induz o serviço público a criar soluções para os anseios sociais de modo mais duradouro e confiável, a atender às nossas necessidades sem comprometer a necessária proteção de nossos dados pessoais.

Nessa linha, o Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), órgão de controle externo mato-grossense, provocador de políticas públicas e com visão institucional em ser referência nacional em gestão pública, tem feito a sua parte e tem atuado como agente incentivador e orientador da adequação à LGPD daqueles sob sua jurisdição.

Em resumo, a LGPD trouxe uma mudança fundamental na forma como a Administração Pública lida com os nossos dados pessoais.

A cultura de proteção de dados no serviço público é crucial na promoção da confiança dos cidadãos, no respeito aos direitos fundamentais, na redução de riscos e sanções, na promoção da

inovação responsável e, em última análise, no fortalecimento do próprio Estado.

O DPO desempenha um papel central nesse processo, a auxiliar a Administração na conformidade com a lei, na garantia do funcionamento eficaz e ético do próprio Estado e, em última análise, na construção de uma sociedade mais segura no que diz respeito à proteção de direitos fundamentais, como o da proteção de dados pessoais. ■

“

Atentar-se à proteção de dados desde a concepção de determinado produto ou serviço público é um investimento de primeira ordem, especialmente na Administração Pública

Valteir Teobaldo Santana de Assis é advogado, consultor, DPO Serpro/Datashield e Encarregado de Dados do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT)



Você sabe como funciona o
CONTROLE DE ACESSO?

Mais que representar, as leis são feitas para acolher.

Elas devem garantir com que cada cidadão possa participar da vida em sociedade, garantir seus direitos e ter como cumprir seus deveres.

A Assembleia Legislativa está aqui para, por meio das leis, fazer com que todos os mato-grossenses se sintam membros ativos e participantes da sociedade.



Confira algumas leis feitas para que os mato-grossenses tenham acessibilidade:

- Lei 11.985: atendimento prioritário para pessoas com visão monocular
- Lei 12.084: obrigatoriedade de equipamentos de lazer para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos parques públicos estaduais
- Lei 12.244: presença de tradutor e intérprete de Libras em eventos oficiais
- Lei 12.191: atendimento especializado nas provas do Detran para pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA
- Lei 12.166: criação da Carteira de Identificação para Portadores de Doença Celíaca
- Lei 12.218: concessionárias de serviços públicos com atendimento adequado às pessoas com deficiência visual
- Lei 12.301: diretrizes para atendimento dos portadores de Atrofia Muscular Espinhal – AME
- Lei 12.074: assentos em locais determinados aos alunos com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH
- Lei 11.704: proíbe a transferência e o remanejamento, sem anuência dos pais, de alunos com TDAH, Dislexia e Transtorno do Espectro Autista – TEA
- Lei 11.915: transporte de alunos com deficiência da rede pública de ensino



Qualidade de vida do cidadão é o foco da gestão na Sinfra

Marcelo de Oliveira, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística comenta que a pasta tem a missão de mudar a realidade e melhorar a vida das pessoas

O secretário de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra), Marcelo de Oliveira, destacou que, quando bem executadas, as obras de infraestrutura mudam a realidade e melhoram a qualidade de vida da população. Para o gestor, as melhorias também contribuem para o crescimento socioeconômico do Estado.

“Mato Grosso é o Estado que mais cresce no país. Cada rodovia que asfaltamos, em pouco tempo se transforma em uma nova fronteira para nossa produção. Não se trata apenas de asfaltar rodovias. É preciso integrar os modais, auxiliar no crescimento do Estado e no bem-estar da população, oferecendo uma infraestrutura de qualidade”, observou.

Marcelo também destacou que a Sinfra tem a missão de concluir a implantação de 5.500 quilômetros de asfalto novo até o final da gestão, em 2026, e comentou sobre as importantes obras realizadas na Capital. Confira a entrevista na íntegra:

Secretário, a atual gestão do Governo ficou conhecida por ter feito 2,5 mil quilômetros de asfalto no primeiro mandato e iniciou o novo mandato com o desafio de superar essa marca e chegar a um total de 5.500 km até 2026. Quantos quilômetros já

foram asfaltados em 2023 e por que é importante que o Governo tenha o asfaltamento como uma de suas metas?

Neste ano vamos fechar com mais 950 quilômetros asfaltados, chegando a 3.455 km em cinco anos. Temos mais 970 km em execução e 923 km que vão entrar em processo de licitação. Estamos no caminho para superar essa meta de 5.500 km. É importante investir em asfalto porque todos os cidadãos têm direito de transitar por rodovias em boa qualidade, de realizar seus deslocamentos com tranquilidade. A boa infraestrutura muda a realidade e melhora a vida das pessoas, por isso as estradas são importantes para todos. Elas são utilizadas pelo estudante que vai para a escola, pelo paciente que precisa ir fazer um tratamento médico, pelo agricultor que precisa escoar sua produção, pelo turista que está em lazer, mas principalmente, por todo o cidadão que tem garantido o seu direito de ir e vir.

Em 2019 eram 38 municípios do Estado que não tinham nenhum tipo de acesso por rodovia pavimentada. Atualmente, quantas dessas cidades a Sinfra já conseguiu interligar por ruas asfaltadas?

Nós finalizamos as obras em 18 desses municípios e outros oito têm obras já em andamento, como é o caso de Paranaíta, Gaúcha do Norte e os municípios que vão ser ligados pela antiga BR-174. É importante lembrar que temos 12 municípios no Norte Araguaia que dependem das obras do Governo Federal para finalizar a BR-158. Mesmo assim, também tomamos medidas para melhorar o acesso desses municípios com a MT-322 ligando Bom Jesus do Araguaia diretamente a BR-158.

O senhor já atuou na Prefeitura de Cuiabá quando, à época, o governador Mauro Mendes era prefeito, e agora, como secretário de Estado, continua realizando diversas obras na Capital. Para o senhor, qual é a principal melhoria que o Estado leva aos cuiabanos?

Na infraestrutura nós podemos destacar os investimentos em mobilidade, com o Sistema BRT, a nova ponte no Parque Atalaia, a Avenida Parque do Barbado. Também teremos dois grandes hospitais na Capital, um deles construído pela Sinfra, que é o novo Hospital Universitário Júlio Müller. Assim como o Hospital Central, são duas obras que estavam paradas há décadas, que envergonhavam a população, mas que em breve serão entregues. Serão os dois maiores hospitais de Mato Grosso, um feito enorme pelo governador Mauro Mendes.

Ainda em Cuiabá, a Sinfra ficou com a missão de terminar as obras da Copa do Mundo de 2014 e teve que consertar algumas que foram mal feitas. Atualmente, como está o andamento desses trabalhos?

São oito obras que estavam paralisadas quando nós assumimos a gestão, mais de quatro anos depois da Copa do Mundo. Desde o primeiro dia tomamos medidas para solucionar esses problemas e todas as obras já tiveram um andamento. A Avenida Parque do Barbado, o COT da UFMT, a Trincheira Jurumirim e o Complexo Viário do Tijucal já foram entregues. A Avenida Archimedes Pereira Lima e o Hospital Universitário estão com obras bem avançadas. Também chegamos a uma solução para o transporte com o Sistema BRT e a última retomada foi o

**Secretário de
Infraestrutura e
Logística, Marcelo de
Oliveira destacou os
desafios da Sinfra**

Marcos Vergueiro/Secom

COT do Pari, que será transformado em um Centro de Treinamento para as forças de segurança.

Já no interior do Estado, a Sinfra executa, entre tantas ações, um programa de implantação de pontes de concreto para auxiliar na logística, com meta de entregar 273 pontes até 2026. Qual é o impacto dessas pontes para essa população do interior?

Eu sempre digo que as pontes de madeira e balsas são um obstáculo para o desenvolvimento regional. Pontes de madeira têm um limite de peso, então não é qualquer caminhão que pode passar por elas. Elas também precisam ser constantemente reformadas e nem sempre é fácil encontrar as toras de madeira do tamanho necessário para essa manutenção. Portanto, quando você elimina uma ponte de madeira, você também preserva o meio ambiente, árvores deixam de ser cortadas para fazer essa manutenção.

Já as balsas geram longas filas de espera, um atraso enorme para todos. A ponte muda essa realidade. É só ver a ponte que construímos sobre o Rio das Mortes, como mudou a vida das pessoas em Cocalinho. A ponte sobre o Rio Juruena, com 1.360 metros, vai fazer muita diferença para todo o norte e noroeste de Mato Grosso, vai permitir uma ligação entre regiões que antes estavam isoladas.

Outro programa da Sinfra é o MT Iluminado, por meio do qual o Estado entrega lâmpadas de LED para os municípios mato-grossenses. Qual é o principal benefício da LED para os municípios?

As luminárias de LED são mais eficientes, econômicas e duráveis do que as de vapor de sódio. São um grande ganho para a administração pública. Esse é um ponto. Mas o principal é o bem estar da população. Já são mais de 200 mil luminárias instaladas no Estado e a diferença que elas fazem para o conforto, para a segurança de toda a população é perceptível. Em todos os municípios que eu vou os prefeitos relatam o impacto que a iluminação de LED trouxe para as pessoas que vivem nessas cidades.

O Governo do Estado autorizou,

“O Mato Grosso é o Estado que mais cresce no país. Cada rodovia que asfaltamos, em pouco tempo se transforma em uma nova fronteira para nossa produção. Não se trata apenas de asfaltar rodovias. É preciso integrar os modais, auxiliar no crescimento do Estado e no bem-estar da população, oferecendo uma infraestrutura de qualidade”, observou o secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Marcelo de Oliveira

nesta gestão, a primeira ferrovia estadual, que já está sob concessão da Rumo Logística. Como esse novo modal vai impulsionar o desenvolvimento de Mato Grosso?

Hoje nós temos o maior rebanho bovino, somos os maiores produtores de grãos, de etanol de milho e vamos continuar crescendo. Apenas as rodovias não vão dar conta de transportar toda essa nossa produção. A ferrovia vai melhorar a logística de regiões produtoras, nos ligando diretamente até o Porto de Santos. Os caminhões não vão mais precisar percorrer longos trechos pelas estradas, o que diminui o trânsito, barateia o frete e ainda melhora a segurança nas estradas. Há ainda o aspecto da geração de emprego, renda e o desenvolvimento dos municípios, em especial os que estão na margem do traçado. Mas eu não posso deixar de dizer, como cuiabano, que a capital é o

maior mercado consumidor do Estado e que a chegada dos trilhos em Cuiabá é esperada há mais de 100 anos. Essa é uma vitória do Governo do Estado, do trabalho realizado pelo governador Mauro Mendes, que veio para revolucionar Mato Grosso.

O BRT é assunto que está na alçada da Sinfra e que ainda gera dúvidas na população. Como está o andamento da obra e quando a população poderá ver o modal em funcionamento?

Quando falamos em BRT, temos que entender que ele não é só um veículo articulado. É um sistema de transporte com diversas características que garantem viagens mais rápidas para os passageiros. Serão utilizados veículos elétricos, com piso baixo, ou seja, sem degraus nas portas, o que garante embarques mais rápidos e facilitam a acessibilidade. Ainda sobre os embarques, nas maiores estações as passagens são validadas antes de entrar nos carros, o que diminui as filas. Os veículos usam uma faixa de circulação para eles, o que possibilita o transporte sempre com fluxo livre, sem congestionamento. Mas não é só isso. Há um sistema de inteligência, comunicação e monitoramento, que garante informações aos passageiros, com avisos sonoros nas estações e dentro dos carros. Enfim, uma série de elementos que compõem esse Sistema. Quanto às obras, no momento está sendo finalizada a concretagem das pistas nas Avenidas da FEB e João Ponce de Arruda, em Várzea Grande.

Quais os principais desafios da Sinfra para os próximos anos?

O desafio da Sinfra é conseguir acompanhar o desenvolvimento de Mato Grosso e, mais do que isso, ser protagonista deste desenvolvimento. Somos o Estado que mais cresce no país. Cada rodovia que asfaltamos, em pouco tempo se transforma em uma nova fronteira para a produção. Por isso eu sempre destaco o trabalho realizado pela equipe de planejamento da Sinfra. Porque não se trata apenas de asfaltar rodovias, ou construir pontes. É preciso integrar todos os modais, o rodoviário, o ferroviário e o aeroviário, criar novas rotas, auxiliar no crescimento do Estado e no bem-estar da

Escolha um veículo com a marca RDM e
conheça todos os caminhos de Mato Grosso.



- Portal
- Podcast
- Rádio
- Televisão
- Revista
- Jornal

GRUPO **RDM**
REDE DE MÍDIAS

Governador de Hainan propõe parceria com MT

O governador de Hainan, Liu Xiaoming, na China, propôs parcerias com Mato Grosso para melhorar o intercâmbio e troca de experiências no setor de agricultura e tecnologia, com foco no desenvolvimento dos dois estados. Entre os termos de cooperação que deverá ser assinado está a melhoria da qualidade e produtividade dos produtos da agropecuária. “Acho que uma cooperação entre os dois estados poderá beneficiar o nosso povo é estreitar as relações”, destacou o governador.

Para que os investimentos possam acontecer, o governador Mauro Mendes destacou o secretário de Desenvolvimento Econômico, César Miranda, para ser o “ponto focal”, entre o Governo de Mato Grosso e Hainan. Além dele, também foram escolhidos pelo governador os presidentes da Aprosoja, Fernando Cadore, e da Famato, Vilmondes Tomain.

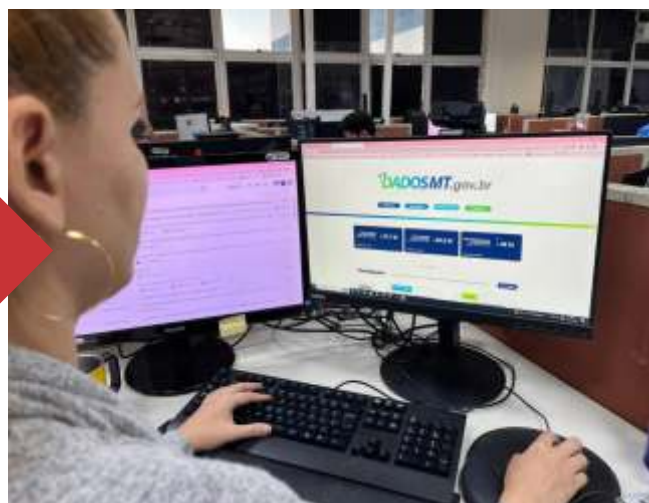


Mayke Toscano/Secom-MT

Governo do Estado disponibiliza à população informações e estudos de órgãos estaduais

O Governo de Mato Grosso disponibilizou à população informações dos órgãos públicos estaduais no portal Dados MT. A página gerenciada pela Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão (Seplag) proporciona mais transparência e acessibilidade aos dados públicos atualizados, na íntegra.

A iniciativa também faz parte da estratégia digital do Governo de Mato Grosso em busca de fortalecer a gestão de dados e incentivar a participação dos cidadãos na criação de soluções para as questões públicas, conforme o secretário adjunto de Planejamento e Governo Digital, Sandro Brandão.



Seplag-MT

Controle de custos na saúde

A Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT) aderiu ao Programa Nacional de Gestão de Custos em Saúde (PNGC) do Ministério da Saúde para aprimorar a administração de recursos e o controle dos gastos na saúde pública.

Conforme o secretário adjunto de Atenção e Vigilância em Saúde, Juliano Melo, a nova ferramenta permitirá que o gestor conheça com mais agilidade e eficiência o custo total do mês de cada unidade de saúde e seus setores, como Unidade de Terapia Intensiva (UTI), centro cirúrgico, laboratório, entre outros serviços. Juliano afirmou que essas informações serão úteis para embasar as decisões administrativas e estratégicas no âmbito das unidades de saúde.



SES-MT



Assessoria

Conselho do Desenvolve Floresta cria câmara técnica para proteger cultivos florestais

Mato Grosso é o 10º no país em produção de florestas plantadas para fins comerciais com destaque para eucalipto e teca, com 1,9% na participação nacional. Cáceres (12,8 mil hectares), Água Boa (11,1 mil hectares) e Alto Taquari (11 mil hectares) se destacam na produção estadual, conforme as informações do Centro de Dados Econômicos de Mato Grosso (DataHub MT), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec).

Para fomentar e proteger o setor importante para a

economia estadual, o Conselho Gestor do Desenvolve Floresta criou a Câmara Técnica de Defesa de Florestas Plantadas para promover medidas de controle fitossanitário e aprimorar o sistema de produção florestal no Estado. Com isso, serão promovidas boas práticas no controle de pragas, doenças e plantas invasoras em plantações florestais, fornecendo medidas e estratégias para conter surtos e o estabelecimento de uma rede de informações para um monitoramento eficaz das ocorrências.

Escola Estadual de Tangará da Serra é destaque com projeto literário



Seduc-MT

A Escola Estadual Professor João Batista, em Tangará da Serra, tem se destacado com uma prática pedagógica que utiliza a literatura infantil como ferramenta de ensino. Trata-se do projeto Travessia Literária: uma imersão nas páginas da mudança. Durante o ano letivo, a gestão escolar propôs aos professores do 3º ano B do Ensino Fundamental que realizassem projetos significativos para que os estudantes pudessem ampliar a sua visão de mundo e se sentissem motivados a aprender. Além dos resultados pedagógicos, ela destaca que as atividades evidenciaram como a literatura auxilia nas discussões e no combate a questões urgentes na sociedade atual, como o racismo, o preconceito e a discriminação.

DONA AEDE

DIGITAL INFLUDENGUER



**COLOQUE AREIA
NOS PRATINHOS
DAS PLANTAS**



**ELIMINE FOCOS
DE ÁGUA PARADA
E CUBRA PNEUS
E GARRAFAS**



**LIMPE CALHAS,
PISCINAS E
QUINTAIS**



Siga a gente nas redes sociais para ver tudo que a Dona Aede está postando sobre a Dengue.



**VAMOS CANCELAR
A DENGUE DE VEZ.**



**Governo de
Mato
Grosso**

Comissão em Mato Grosso aprova projeto com medidas para reduzir emissão de gases do efeito estufa

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou 21 propostas em reunião. Entre elas, o Projeto de Lei Complementar nº 53/2021, que acrescenta à legislação em vigor uma série de medidas a serem adotadas para reduzir a emissão de gases do efeito estufa.

O texto que recebeu parecer favorável da comissão elenca, por exemplo, a necessidade de eficiência energética nos edifícios públicos, redução do desmatamento e queimadas e recuperação de florestas. O presidente da CCJR, deputado estadual Júlio Campos (União Brasil), destacou que já está em andamento na Assembleia uma Câmara Setorial de Mudanças Climáticas.



Francisco Alves

CST debate inovação tecnológica à agricultura em Mato Grosso

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), através da Câmara Setorial Temática da Ciência, Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade na Agricultura (CITS-Agro), realizou, a oitava reunião. A CST ouviu, eis especialistas em inovações tecnológicas em diversas áreas à produção agropecuária mato-grossense.

O representante do escritório de Inovação Tecnológico da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Raoni Florentino da Silva Teixeira, apresentou um panorama das pesquisas em sustentabilidade que a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) está desenvolvendo nos municípios mato-grossenses. Segundo Teixeira, a Instituição produz em média, anualmente, mais de 3,5 mil de artigos, capítulos e livros. Além disso, o pesquisador disse que a UFMT tem mais de 300 grupos



Secom-MT

de pesquisas em diversas áreas de conhecimento, espalhados por 45 núcleos de pesquisa e extensão.

CST debate inovação tecnológica à agricultura em Mato Grosso

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) registrou recorde na apresentação de projetos de lei (PL) nos primeiros sete meses de 2023, contabilizando a produção do último mês da 19ª Legislatura – janeiro 2023, com a dos primeiros seis meses da 20ª Legislatura. Ao todo, 1.595 PLs foram protocolados na Secretaria de Serviços Legislativos (SSL), setor responsável pelo registro e tramitação das proposições legislativas. Somando todos os tipos de propostas, incluindo indicações e moções, os deputados apresentaram 7.165 proposituras entre janeiro e julho deste ano.

O levantamento realizado pela SSL apontou que, além dos 1.595 projetos de lei, foram apresentados 51 projetos de lei



ALMT

complementar (PLC), 708 projetos de resolução (PR), sete propostas de emenda à Constituição (PEC), três projetos de decreto legislativo (PDL), 1.100 moções e 3.701 indicações.



Governo do Estado institui Dia da Cavalgada em Mato Grosso

O governo de Mato Grosso sancionou a Lei nº 12.204, que institui o Dia da Cavalgada, a ser celebrado em 1º de outubro. De autoria do deputado Eduardo Botelho (União Brasil), a lei tem como objetivo fomentar a cadeia de criadores de equinos e muares. De acordo com Botelho, a cavalgada já é algo que faz parte do roteiro de praticamente todos os municípios mato-

grossenses. “É um evento inerente da sociedade no estado, onde a população gosta dessas festividades, que passam por lugares históricos e bonitos. Foi baseado nisso tudo que criamos o Dia Estadual da Cavalgada. Vários municípios têm na sua programação de eventos a cavalgada e agora o estado também tem a data comemorativa”, lembrou o deputado.



Divulgação

Política de enfrentamento ao Alzheimer vira lei em Mato Grosso



Divulgação

Mato Grosso conta, a partir do mês de novembro, com política estadual de enfrentamento à doença de Alzheimer e de outras enfermidades mentais. Um conjunto de diretrizes instituída por meio da Lei 12.260/2023 e que visa construir ações articuladas nas áreas da saúde, assistência social, direitos humanos, educação, inovação e tecnologia para o enfrentamento do Alzheimer. A lei foi apresentada e aprovada pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) e sancionada pelo governo do estado.

De acordo com Ministério da Saúde, no Brasil, cerca de 1,2 milhão pessoas vivem com alguma forma de demência e 100 mil novos casos são diagnosticados por ano. Em todo o mundo, o número chega a 50 milhões de pessoas.



Tribunal celebra 70 anos e terá posse de nova diretoria a 2024/2025

Ao longo das décadas, o Tribunal acompanhou o desenvolvimento do estado e ajudou projetar futuro melhor para Mato Grosso

Da Redação, com informações da Secretaria de Comunicação/TCE-MT

Poucos toques trazem à tela dados sobre a execução financeira, saldo da dívida ativa e investimentos em educação e saúde de qualquer um dos 141 municípios que anualmente enviam seus balanços fiscais ao Tribunal de Contas de Mato

Grosso (TCE-MT). Mas quando a servidora Marta Rita assinou pela primeira vez a ata de uma sessão plenária, em 1982, as contas eram separadas em pilhas de papel, atulhadas em caixas e transportadas pelos corredores em carrinhos de supermercado.

A esta altura, a Corte de Contas beira-

va os 30 anos como uma instituição notável, relevante, mas ainda muito distante do que viria a se tornar nas décadas seguintes. Uma série de investimentos em tecnologia, garantiu por exemplo, que TCE-MT zerasse o estoque de processos antigos e atingisse a marca de 27,6 mil atos processuais realizados entre janeiro e



Servidora Marta Rita

Fotos: Thiago Bergamasco/TCE-MT

setembro, número que representa um aumento de 245% na produtividade. A cada uma hora, o TCE-MT conclui em média cinco processos.

“Comecei como técnica instrutiva e depois fui para a Secretaria do Pleno, em um momento em que todos os processos, incluindo contratos, convênios e prestações de contas, eram analisados individualmente. Para cada processo, ou para cada hall de processos, eram feitas cinco ou seis páginas de ofícios na máquina de datilografar, relacionando os números e dados. Éramos experts em fazer o trabalho bem-feito porque se tivesse um número errado, tínhamos que refazer tudo”, conta

Marta.

O setor contava com apenas uma máquina elétrica, reservada aos ofícios destinados às autoridades mais renomadas. Os demais ofícios eram datilografados manualmente e conferidos de um dia para o outro, em tempo para o julgamento no Pleno, em sessões realizadas três vezes por semana. Por fim, as atas com as deliberações de cada sessão eram escritas a caneta tinteiro.

O cenário começou a mudar no início dos anos 90, e Marta, que já havia assumido a função de auditora, percebeu isso durante fiscalização na região de Tangará da Serra (240 km de Cuiabá). “Alguns municípios já eram informatizados. Todo o processamento de despesas era feito no computador e precisávamos trabalhar com esses temas, aprender a pedir documentos que estavam no sistema, etc. Quando voltei, pensei ‘o futuro vai ser a informatização’, aí fui fazer um curso de Word.”

Também foi nessa época que o TCE-

MT adquiriu seu primeiro computador, como conta o conselheiro Ubiratan Spinelli. “Em 1991, quando entrei, o orçamento era muito pequeno, usei meu próprio dinheiro para comprar um computador. Batalhamos e conseguimos dar início à melhora nas condições de trabalho. Nessa época era tudo muito burocrático, mas fomos destravando e fazendo valer a modernização com notebooks, ensaiamos a compra de computadores e demos início a essa reestruturação.”

Entusiasta da informatização, ele chegou à presidência do órgão em 2000, tendo garantido, pela primeira vez, a aquisição de 20 notebooks para os auditores. A evolução teve sequência nos anos seguintes. A Instrução Normativa nº 001/2002, por exemplo, estabelecia o sistema de remessa “por meios magnéticos, transmissão de dados e/ou físicos, ou seja, por disquete, cd-rom, internet e/ou papel.”

Um pouco antes disso, o projeto 003/1998, previa a criação do site do TCE-MT

com o seguinte objetivo: “Inserir o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no universo da informação eletrônica. Para tanto, será criada primeiramente uma Home Page contendo informações e ilustrações úteis sobre o Tribunal de Contas. Essa Home Page será desenvolvida com a experiência e o apoio técnico do Departamento de Informática”, diz o documento.

Esta sequência histórica resultou em sistemas como o Painel Calculadora, o Control-P, e o Siged. Por meio destas e de outras ferramentas, o Tribunal consegue hoje definir metas internas, impulsionar o andamento dos procedimentos nos setores operacionais e se comunicar em tempo real com os jurisdicionados. O atual presidente do TCE-MT, conselheiro José Carlos Novelli, é peça fundamental nesta virada de chave.

Em sua primeira gestão à frente do Tribunal de Contas, no biênio 2006/2007, elaborou o primeiro planejamento de longo prazo do órgão, cuja visão era ser



**Conselheiro-aposentado,
Ubiratan Spinelli**

Thiago Bergamasco/TCE-MT

referência em controle externo no país. “Conseguimos, conquistamos esse espaço, temos sete produtos certificados pela ABNT com o selo ISO 9001 de gestão de qualidade. Agora, nossa visão é diferente, queremos avançar e fazer a mesma coisa pela administração pública matogrossense”, disse o presidente.

Ao longo dos anos também foi o responsável pelo início das transmissões online das sessões plenárias, pela criação do Sistema Aplic e implantação do Portal Transparência. Além disso, foi um dos responsáveis por estruturar fisicamente o TCE-MT, como lembra Spinelli. “Na minha época eu dividia uma sala com o conselheiro Branco de Barros. Hoje, todos os conselheiros têm seus próprios gabinetes, com apoio e infraestrutura.”

Em 2012, Novelli garantiu as primeiras certificações NBR ISO 9001:2015 e ABNT NBR ISO 50001, mantidas após auditoria realizada neste ano. No mesmo ano, foi lançado o Plenário Virtual, ferramenta modernizada dez anos depois. “Hoje, o novo Plenário Virtual está funcionando em sua plenitude, na forma como nós previmos, caminhando lado a lado com o Plenário Presencial, o que permitiu que nos aprofundássemos mais nas análises dos processos, discutindo e produzindo conhecimento em cima das nossas decisões.”

Situação muito diferente da relatada por Marta, que lembra que, há quatro décadas, os relatórios eram escritos à mão, as irregularidades eram descritas em inúmeras páginas. “Eram 100 irregularidades, 200 irregularidades, a maioria graves. Com o processo de modernização

“Comecei como técnica instrutiva e depois fui para a Secretaria do Pleno, em um momento em que todos os processos, convênios e prestações de contas, eram analisados individualmente. Éramos experts em fazer o trabalho bem-feito”, conta a servidora Marta Rita

e de levar para mais próximo dos jurisdicionados, permitiu que elas fossem reduzidas, hoje, pegamos processos com apenas uma irregularidade. Essa foi uma meta estabelecida pelos membros dentro desse processo.”

Assim, no espaço aberto pela celeridade, surgiram novas possibilidades de controle, que passou a ser encarado a partir de uma nova visão, voltada à colaboração e à proximidade como gestor para garantir a efetividade das políticas públicas. De olho nisso, em 2022 foi instituído o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC-MT) no âmbito do órgão, aderente ao Decreto Federal 10.540/2020, que tornou obrigatório o uso de sistema único de planejamento e contabilidade. O software foi disponibilizado gratuitamente aos municípios.

“95% das cidades do estado não têm recursos humanos ou financeiros para atender os requisitos do Decreto Federal, sendo que a não adequação pode resultar no impedimento do recebimento de transferências voluntárias e contratação de operações de crédito, por exemplo. Além de aumentar o controle sobre os

recursos públicos, o SIAFIC-MT também simplifica a prestação de contas, desobrigando o envio de informações para o Aplic nos moldes atuais”, diz o presidente.

O sistema Radar de Controle Público é outro bom exemplo de como a fiscalização e o suporte à administração pública caminham juntos. No módulo Saúde, o painel “Primeira Infância” mostra que São José do Povo, Nova Nazaré e Campinápolis têm taxas de mortalidade infantil de 78, 68 e 48, as mais altas do estado. No painel há ainda informações sobre acesso à água potável entre crianças de até seis anos, mortalidade materna e baixo peso ao nascer.

Esses preceitos norteiam uma nova estratégia, traduzida por lançamentos como o do Programa de Gerenciamento do Planejamento Estratégico (GPE), que conta hoje com 118 municípios adesos, abrangendo 90,5% da população matogrossense, que é beneficiada com estratégias para a melhoria da saúde, educação, infraestrutura, segurança, economia e assistência social. Aliado a outras propostas, como a das mesas técnicas, o projeto fez do TCE-MT a Casa do Gestor.



Conselheiro-presidente, José Carlos Novelli

Tony Ribeiro/TCE-MT



Conselheiro Sérgio Ricardo, novo presidente do TCE-MT

Thiago Bergamasco/TCE-MT

“Melhorar as cidades é melhorar a vida de todos e esse foi o principal objetivo desta gestão. Promovemos uma verdadeira guinada nos rumos do TCE-MT, que se estabeleceu como motor da transformação e da melhoria da gestão pública municipal”, salienta Novelli.

Esta aproximação com os municípios já havia sido vislumbrada por Spinelli no passado, quando tentou descentralizar o serviço do TCE-MT com subseções que funcionariam em Barra do Garças (540 km Cuiabá e Rondonópolis (240 de Cuiabá). “Nosso objetivo era atender as demandas dos prefeitos da Região Sul e do Vale do Araguaia. Chegamos a alugar uma casa para a subseção de Rondonópolis, onde recebi o prefeito à época”, conta o conselheiro aposentado.

Desta forma, o Tribunal se consolidou como uma instituição determinante para a efetividade dos serviços públicos prestados a mais de 3,6 milhões de pessoas. “Ajudei a construir e desenvolver o TCE e ele também me constrói e me ajuda a me desenvolver como ser humano. Antes, queríamos fazer do TCE uma referência nacional, e conseguimos. Agora, estamos fazendo o mesmo por nossa administração pública”, diz o presidente.

A melhora na infraestrutura, os investimentos em tecnologia e a própria dinâmica entre o Tribunal e os fiscalizados é observada por Spinelli. “Quando saí do Tribunal, em 2007, tudo era diferente. As condições de trabalho e a capacidade dos técnicos melhoraram muito. Hoje, vemos que o fato de as prefeituras terem entrada livre é também uma vitória da modernização. Os prefeitos vêm tranquilamente ao Tribunal a qualquer hora, antigamente havia uma barreira. Hoje é porta aberta.”

Tudo isso também continua motivando Marta Rita a cumprir com excelência o seu papel de auditora. “Se naquele tempo,

que não tínhamos condições de trabalho, o fazíamos bem-feito, muito mais razões temos agora para fazê-lo ainda melhor. Os sistemas vieram para possibilitar a melhoria da auditoria, mas nunca vão substituir a fiscalização. Todas essas mudanças são muito importantes, mas o papel constitucional do Tribunal nunca deixará de ser relevante.”

Assim, moderno, aberto aos fiscalizados, atento às demandas sociais e tecnicamente estruturado, o Tribunal completa 70 anos neste 31 outubro, com motivos de sobra para celebrar uma trajetória que o consolidou como referência nacional e instrumento indispensável à administração pública e ao futuro de Mato Grosso.

“O Tribunal de Contas de Mato Grosso tem passado, tem presente e tem futuro. Vida longa ao Tribunal de Contas de Mato Grosso! Que siga em frente sendo um farol para iluminar o setor público e que seja motivo de orgulho para o nosso povo”, conclui Novelli.

SOB NOVA DIREÇÃO

Com a promessa de se manter construtor de soluções e relações e a proposta de um pacto pelo fim das desigualdades em Mato Grosso, o conselheiro Sérgio Ricardo será empossado presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) do biênio 2024/2025. A 57ª Mesa Diretora do TCE-MT será empossada em sessão especial realizada no auditório da Faculdade de Tecnologia Senai Mato Grosso (Fatec Senai), no mês de novembro.

“Como presidente serei o mesmo de sempre, tranquilo, paciente e sereno. Gosto de jogar no ataque, avançando e, nesse caso, no sentido de ajudar. Sou um excelente ouvinte, com serenidade e respeito no trato com as pessoas e, assim, reitero meu compromisso de fé com todos aqueles que vivem aqui, com meu queri-

do Estado de Mato Grosso e a minha querida Cuiabá, com o exercício do controle externo como eficaz instrumento de fiscalização dos atos e atividades da administração pública e, o mais importante de tudo, como meio de justiça social”, declarou.

Sérgio Ricardo destacou sua determinação imutável de ajudar seus semelhantes e, nesse sentido, propôs o pacto por Mato Grosso. “Que esta seja uma grande reunião de trabalho e que minha posse seja uma oportunidade de reforçar aquilo que todos nós já fazemos, que é trabalhar por Mato Grosso. A razão é simples: este talvez seja um dos maiores encontros da classe política e dos poderes constituídos. Então, quero aproveitar este momento histórico para propor esse pacto e que cada um faça a sua parte. Inspirados pelo ideal republicano, vamos proclamar uma luta incessante pelo fim das desigualdades regionais.”

TRAJETÓRIA DE SÉRGIO RICARDO

O conselheiro Sérgio Ricardo foi vereador por Cuiabá de 2000 a 2002, ano em que assumiu a cadeira de deputado estadual pela primeira vez. Na Assembleia Legislativa, atuou por três mandatos (2002/2006; 2006/2010; 2010/2012), tendo ocupado a cadeira de presidente de 2002 a 2009 e de 1º secretário de 2009 a 2012. Em 13 de dezembro de 2007 também assumiu o cargo de governador do Estado.

Por indicação do Poder Legislativo, foi empossado conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso em 16 de maio de 2012. No biênio 2022/2023, presidiu a Comissão Permanente de Meio Ambiente e Sustentabilidade do TCE-MT, liderando importantes discussões voltadas ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Estado. ■

Maria das Graças da Silva, mãe solo de cinco filhos, uma das beneficiadas do programa, ficou emocionada ao receber as chaves

Novo São Joaquim: 50 famílias tem o sonho de ter a casa própria realizado

Programa habitacional atende pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social

Layse Ávila

Cinquenta famílias do município de Novo São Joaquim concretizaram o sonho de ter a casa própria, quando o governador Mauro Mendes e a primeira-dama de Mato Grosso, Virginia Mendes, entregaram as chaves das casas populares que fazem parte do Programa SER Família Habitação - Faixa

Zero.

Mãe solo de cinco filhos, Maria das Graças da Silva, uma das beneficiadas do programa, ficou emocionada ao receber as chaves. “Eu sempre paguei aluguel e hoje tenho um lar para morar com meus filhos e ninguém vai me tirar de lá”, declarou.

Ela contou que não teria condições

de comprar uma casa já que não trabalha, pois tem um filho especial de três anos, o pequeno João Gabriel.

“Eu vivia de aluguel com os meus filhos e a nossa renda vem do benefício de João Gabriel, porque ele tem hidrocefalia. Não tenho condições de trabalhar fora e colocar ele na creche. Receber essa casa vai aliviar as contas também, por-



Ao total, foram entregues 50 casas populares para famílias em extrema vulnerabilidade social, no município de Novo São Joaquim

O Programa SER Família Habitação - Faixa Zero, tem como objetivo fomentar a construção de unidades habitacionais de interesse social, promovendo, assim, a qualidade de vida da população dos municípios de Mato Grosso, ampliando o acesso à moradia digna. Ele é destinado para famílias com renda per capita de até R\$ 200,00. Nesta vertente do Programa, as casas serão entregues para famílias selecionadas pelos municípios, sem custo nenhum para elas

que o tratamento dele é caro e, vira e mexe, tenho que levá-lo a Cuiabá para fazer exames. Estou muito feliz por ter sido contemplada”, declarou emocionada.

Além da Maria das Graças, outras famílias mato-grossenses concretizaram o sonho de ter a casa própria, que fazem parte do Programa SER Família Habitação - Faixa Zero, idealizado pela primeira-dama Virginia Mendes e gerenciado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), em parceria com a Secretaria de Estado Infraestrutura (Sinfra).

O governador Mauro Mendes parabenizou o prefeito Leonardo Faria, pois o município de Novo São Joaquim foi o

primeiro a entregar as casas para a população.

“Parabéns ao prefeito e sua equipe, à construtora que fez a obra também, porque ninguém faz nada sozinho. Hoje nós compartilhamos dessa alegria de ajudar 50 famílias a realizar o sonho da casa própria”, pontuou o governador Mauro Mendes.

“É uma alegria imensa realizar mais este sonho, junto com cada uma dessas famílias. Este é um momento em que podemos trazer mais dignidade às pessoas e segurança aos mais vulneráveis. Que Deus abençoe cada família e que sejam muito felizes no seu novo lar”, disse a primeira-dama Virginia Mendes.

A secretária da Setasc, Grasi Buga-

lho, ressaltou a importância do Programa SER Família Habitação na vida das famílias mais vulneráveis do Estado e o desejo da primeira-dama Virginia Mendes em poder realizar os sonhos da população.

“Esse programa que a senhora idealizou foi pautado no desenvolvimento das pessoas, para atender aquelas que estão no momento de maior vulnerabilidade na vida delas. Muitas passam por dificuldades econômicas e não possuem a sua casa. Agora, elas podem cuidar das suas famílias e dar mais segurança aos seus filhos”, frisou a secretária Grasi Bugalho.

A comitiva do governador, também visitou as obras de construção da Escola Estadual Diniz Alves de Toledo, com um investimento de R\$ 9,4 milhões do Governo de Mato Grosso. A escola é construída por meio de convênio entre a Secretaria de Estado de Educação (Secuduc) e o município.

Além das casas populares, o governador também entregou o Centro de Acolhimento ao Idoso, do município, que recebeu investimento de R\$ 443 mil do Governo de Mato Grosso. ■

STF suspende inscrição de Mato Grosso nos cadastros federais de inadimplentes



A Procuradoria Geral do Estado (PGE) entrou com uma ação cível originária contra a União e a Anvisa e um parecer atestou o cumprimento parcial do referido convênio, rejeitando as contas apresentadas

Da Redação



Ministro Nunes
Marques

O governo de Mato Grosso, por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), entrou com uma ação cível originária contra a União e a Anvisa buscando ver afastado dos cadastros federais de inadimplentes o registro relativo ao Convênio n. 42/2000. Um parecer atestou o cumprimento parcial do referido convênio, rejeitando as contas apresentadas

Em decisão publicada no Diário de Justiça do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Nunes Marques determinou exclusão da inscrição do Estado de Mato Grosso nos cadastros federais de inadimplentes, até o julgamento de tomada de contas especial, referentes a um convênio firmado com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). As contas apresentadas haviam sido rejeitadas.

O governo de Mato Grosso, por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), entrou com uma ação cível originária contra a União e a Anvisa buscando ver afastado dos cadastros federais de inadimplentes o registro relativo ao Convênio n. 42/2000. Um parecer atestou o cumprimento parcial do referido convênio, rejeitando as contas apresentadas.

O Estado foi notificado para restituir valores referentes à transação, sob pena de inscrição nos cadastros restritivos e instauração de tomada de contas especial. A PGE disse que é “inviável sua inscrição, na medida em que a irregularidade que lhe deu causa foi originada em gestão anterior”.

Alegou também que “a inscrição nos

cadastros de inadimplentes se caracteriza como medida contrária à ordem jurídica”, pois não deveria ocorrer antes da conclusão da tomada de contas especial.

Ainda argumentou “potencial embargo à prestação de serviços públicos essenciais, em decorrência do óbice à contratação de operações de crédito com instituições financeiras e ao recebimento de recursos federais”. Pediu, então, o afastamento das restrições cadastrais.

Ao analisar o caso, o ministro Nunes Marques concordou com o argumento do Estado, de que não foi respeitado o devido processo legal.

“Os registros, oriundos de descumprimento do objeto conveniado, não foram precedidos de tomada de contas especial, [...] a notificação do Estado de Mato Grosso quanto à rejeição das contas relacionadas ao convênio, não é suficiente para perfectibilizar o devido processo legal, por ser anterior à tomada de contas especial”, disse.

Com base nisso ele julgou procedente o pedido da PGE e determinou, até o julgamento de tomadas de contas especial, a exclusão da inscrição do Estado de Mato Grosso nos cadastros federais de inadimplentes. ■


Marcelo Camargo/ Agência Brasil

www.rdmonline.com.br

RDM DIRETO DE
BRASÍLIA

POR JOÃO PEDRO MARQUES



A close-up photograph of a man with short, graying hair, wearing a dark blue suit jacket over a light blue button-down shirt. He is speaking into a red microphone. The background is blurred, showing another person in a dark suit. The lighting is focused on the man's face.

Algumas sugestões apresentadas pelo governador foram aceitas pelo relator da reforma, mas, de acordo com **Mauro Mendes**, ainda permanecem medidas que podem ser prejudiciais ao país e ao Estado

Reforma Tributária: O cidadão vai pagar ainda mais impostos

Para o governador Mauro Mendes afirma que a reforma traz um grande equívoco e vai custar caro para o Brasil

Vitor Hugo Batista

Após a aprovação do texto-base da Reforma Tributária no Senado, em primeiro turno, no dia 8 de novembro, o governador Mauro Mendes ponderou que o texto final ainda deve trazer prejuízos ao país e, principalmente, a Mato Grosso.

“Apesar de alguns avanços, essa reforma traz um grande equívoco, que é a desoneração completa de toda a cadeia de exportação de produtos primários, seja do agronegócio, seja da mineração ou de qualquer outro setor. Isso vai custar caro para o país”, afirmou.

Mauro havia enviado um ofício ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, com propostas para evitar que Mato Grosso sofresse consequências mais danosas com a Reforma.

Entre as reivindicações, o governador pediu a continuidade do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), de onde o Estado arrecada cerca de R\$ 3 bilhões anualmente para robustos investimentos em infraestrutura e habitação.

O senador Eduardo Braga, relator da proposta, decidiu pela manutenção do Fundo até 2043, mas não houve mudanças em relação à deso-

neração da cadeia produtiva e outros pontos sugeridos pelo governador.

Segundo o governador, a atual proposta deve aumentar a carga de impostos para os cidadãos.

“Se essas cadeias vão deixar de pagar impostos completamente, quem vai suprir esses custos? No futuro, nós veremos que cometemos um equívoco, pois teremos graves consequências. Espero que eu esteja errado e que isso não aconteça”, finalizou.

O texto ainda deve passar por uma segunda votação no Senado Federal. Em seguida, retorna para votação final na Câmara dos Deputados. Se aprovado, segue para sanção presidencial. ■

Mais que representar, as leis são feitas para acolher.

Elas devem garantir com que cada cidadão possa participar da vida em sociedade, garantir seus direitos e ter como cumprir seus deveres.


A Assembleia Legislativa está aqui para, por meio das leis, fazer com que todos os mato-grossenses se sintam membros ativos e participantes da sociedade.



Confira algumas leis feitas para que os mato-grossenses tenham acessibilidade:

- Lei 12.084: obrigatoriedade de equipamentos de lazer para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos parques públicos estaduais
- Lei 12.244: presença de tradutor e intérprete de Libras em eventos oficiais
- Lei 12.191: atendimento especializado nas provas do Detran para pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA
- Lei 12.166: criação da Carteira de Identificação para Portadores de Doença Celíaca
- Lei 12.218: concessionárias de serviços públicos com atendimento adequado às pessoas com deficiência visual
- Lei 12.301: diretrizes para atendimento dos portadores de Atrofia Muscular Espinhal – AME
- Lei 12.130: garantia de acessibilidade das pessoas com deficiência visual a projetos culturais
- Lei 12.074: assentos em locais determinados aos alunos com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH
- Lei 11.985: atendimento prioritário para pessoas com visão monocular
- Lei 11.704: proíbe a transferência e o remanejamento, sem anuência dos pais, de alunos com TDAH, Dislexia e Transtorno do Espectro Autista – TEA





**Você sabia que antes
de contratar nosso
sistema de alarme,
você recebe a visita
de um de nossos
especialistas de
segurança?**

 **NEWLINE**
SISTEMAS DE SEGURANÇA